

CIBERTERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA FEMININA: MÍDIA, MEMÓRIA E AFETOS

CYBER TERRITORIES OF FEMININE RESISTANCE: MEDIA, MEMORY, AND AFFECTS

Tiago Negrão de Andrade¹

Maria Cristina Gobbi²

Resumo: O artigo investiga como as infraestruturas digitais reproduzem regimes de colonialidade, epistemicídio e necropolítica, afetando corpos, saberes e estéticas das mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, travestis e trans. O objetivo do estudo é analisar de que maneira a plataformização e os sistemas algorítmicos operam como dispositivos de captura epistêmica, mercantilização cultural e reprodução de hierarquias coloniais no ambiente digital, bem como compreender como práticas insurgentes constroem ciberterritórios de resistência e soberania informacional. A partir de uma abordagem teórico-crítica, interseccional e documental, a análise evidencia que a plataformização opera como um dispositivo de captura epistêmica, estetização despolitizada e mercantilização de saberes e afetos racializados. Os resultados apontam que os algoritmos e os modelos de inteligência artificial reproduzem epistemologias eurocêntricas, apagamentos históricos e hierarquias coloniais, convertendo dados, estéticas e memórias em ativos financeiros. Simultaneamente, o estudo identifica práticas insurgentes como ciberquilombos, ciberaldeias, redes de soberania digital e estéticas do glitch, que operam como infraestruturas sociotécnicas de resistência, reexistência e produção de epistemologias contra-hegemônicas. Conclui-se que os ciberterritórios de resistência não apenas tensionam as arquiteturas tecnocoloniais, mas também afirmam outros modos de existir, comunicar e produzir futuros descoloniais.

Palavras-chave: Colonialidade dos Dados; Racismo Algorítmico; Necropolítica Digital; Plataformização; Soberania Informacional.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista; E-mail: tiagonandr@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5352-9798>.

2 Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática – Universidade Estadual Paulista; E-mail: cristina.gobi@unesp.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5629-5010>.

Abstract: The article investigates how digital infrastructures reproduce regimes of coloniality, epistemicide, and necropolitics, affecting the bodies, knowledge systems, and aesthetics of Black, Indigenous, quilombola, peripheral, travesti, and trans womanhoods. The objective of the study is to analyze how platformization and algorithmic systems operate as devices of epistemic capture, cultural commodification, and the reproduction of colonial hierarchies in the digital environment, as well as to understand how insurgent practices construct cyber-territories of resistance and informational sovereignty. Based on a theoretical-critical, intersectional, and documentary approach, the analysis demonstrates that platformization operates as a mechanism of epistemic capture, depoliticized aestheticization, and the commodification of racialized knowledge and affects. The results indicate that algorithms and artificial intelligence models reproduce Eurocentric epistemologies, historical erasures, and colonial hierarchies, transforming data, aesthetics, and memories into financial assets. At the same time, the study identifies insurgent practices such as cyber-quilombos, cyber-villages, digital sovereignty networks, and glitch aesthetics, which operate as sociotechnical infrastructures of resistance, re-existence, and the production of counter-hegemonic epistemologies. It concludes that cyber-territories of resistance not only challenge technocolonial architectures but also affirm other ways of existing, communicating, and producing decolonial futures.

Keywords: Data Coloniality; Algorithmic Racism; Digital Necropolitics; Platformization; Informational Sovereignty.

Introdução

No contexto do capitalismo de dados, a datificação não pode ser compreendida como um fenômeno técnico ou econômico isolado, mas como parte de uma continuidade histórica dos processos de colonialidade, expropriação e exploração (Couldry; Mejias, 2019; Ricaurte, 2022). A conversão de corpos, saberes, territórios e experiências em dados — e, consequentemente, em valor informacional — atualiza, em linguagem algorítmica, os mesmos dispositivos que sustentaram as dinâmicas de dominação racial, de gênero e de classe na modernidade colonial (Segato, 2018; Lugones, 2014). Esta realidade se torna particularmente violenta quando incide sobre as mulheridades negras, indígenas, quilombolas, periféricas, travestis e trans, cujas estéticas, epistemologias e modos de vida são sistematicamente capturados, estetizados, monetizados e apagados (Benjamin, 2019; Browne, 2015; Espinosa Miñoso, 2021).

O conceito de colonialidade dos dados³, desenvolvido por Couldry e Mejias (2019), descreve como as infraestruturas digitais operam um regime de extração que se articula diretamente com as lógicas históricas do colonialismo e do patriarcado, agora automatizadas e incorporadas nas arquiteturas algorítmicas. Estudos como os de Siles, Gómez-Cruz e Ricaurte (2024) e de Joaquim e Pesce (2025) aprofundam essa análise, revelando como os sistemas de inteligência artificial, as plataformas digitais e os modelos preditivos reproduzem epistemicídios, apagamentos e práticas de subalternização, transformando dados culturais, linguagens e afetos em ativos mercantilizáveis.

Essa dinâmica revela não apenas uma captura simbólica e epistêmica, mas também a atualização da divisão sexual e racial do trabalho (Federici, 2019), na qual os corpos das mulheridades racializadas seguem sendo explorados como território de extração — seja de dados, seja de valor simbólico e econômico. A plataformização, como demonstram Zuboff (2019) e Noble (2018), não é apenas um fenômeno econômico, mas um dispositivo tecnopolítico que reconfigura as relações de poder, reatualizando hierarquias coloniais no ambiente digital.

Comparada às promessas emancipatórias da conectividade, essa lógica revela seus limites e contradições. Se por um lado as plataformas oferecem espaços para circulação de saberes, por outro estruturam regimes de vigilância, apagamento e expropriação (Morais; Gracioso, 2023; Martins;

3 Os termos *ciberquilombo* e *ciberaldeia* designam territórios digitais insurgentes, nos quais coletivos de mulheridades negras, indígenas, quilombolas, periféricas e trans constroem redes de soberania epistêmica, resistência tecnológica e cuidado comunitário, como resposta à colonialidade informacional e ao extrativismo de dados.

Viana, 2024). Casos emblemáticos, como o da coreógrafa negra Jalaiah Harmon⁴, cuja criação foi apropriada sem atribuição (Smith, 2025), ou a recorrente estetização de elementos culturais indígenas em filtros e NFTs (Hashiguti, 2024), ilustram como as infraestruturas digitais se tornam novas frentes de colonialidade informacional.

Além disso, práticas como o racismo algorítmico (Noble, 2018; Benjamin, 2019) e a necropolítica digital (Mbembe, 2018; Silva, 2023) revelam que a governança algorítmica não apenas captura saberes, mas também administra a vida e a morte simbólica, epistêmica e material dos corpos racializados. A lógica que sustenta os sistemas de inteligência artificial e os algoritmos de plataformas como TikTok, Meta e Google atualiza, com precisão matemática, os dispositivos históricos de controle, vigilância e exploração (Browne, 2015; NAS, 2024).

Frente a esse cenário, o presente artigo propõe uma análise crítica sobre como a colonialidade digital incide sobre os corpos e os saberes das mulheridades insurgentes, transformando-os em matéria-prima para a acumulação informacional. Busca-se, também, compreender como esses processos operam nas camadas simbólicas, epistêmicas e econômicas das plataformas digitais, atualizando os regimes de expropriação colonial na linguagem dos dados e dos algoritmos.

O objetivo central é tensionar os discursos de neutralidade tecnológica e desvelar os mecanismos de reprodução das hierarquias raciais, de gênero e de classe no ambiente digital. A pergunta central que orienta este estudo é: de que maneira as infraestruturas digitais e os sistemas algorítmicos reproduzem e atualizam regimes de colonialidade sobre os corpos, os saberes e as estéticas das mulheridades racializadas no ambiente das plataformas digitais? A partir dessa questão principal, investigam-se também os impactos epistêmicos, econômicos e simbólicos desse processo, bem como as formas pelas quais práticas insurgentes — como ciberquilombos, ciberaldeias e redes feministas e decoloniais — tensionam, enfrentam e constroem alternativas à arquitetura colonial de dados.

Diante desses desafios, este artigo não apenas denuncia os processos de colonialidade algorítmica, mas também busca mapear práticas de resistência, insurgência e invenção de tecnologias contra-hegemônicas. A construção de ciberterritórios de resistência, como mostram Puentes e Ricaurte

4 Em 2020, a jovem coreógrafa negra Jalaiah Harmon viralizou com a coreografia “Renegade” no TikTok. Sua criação foi massivamente apropriada por influenciadores brancos, que obtiveram contratos e visibilidade internacional sem atribuição à autora. A repercussão internacional desse caso, denunciado pelo *The New York Times*, tornou-se um marco no debate sobre apropriação cultural, colonialidade digital e exploração de saberes no ambiente algorítmico.

(2023), Salvino (2024) e Russell (2020), emerge como horizonte político e epistêmico, reafirmando que a luta por soberania digital é, ao mesmo tempo, uma luta pela vida, pelos saberes e pela construção de futuros descoloniais.

1 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico, documental e crítico, fundamentada nos aportes da economia política da informação, dos estudos decoloniais, da teoria crítica da raça e da crítica da governança algorítmica. A investigação foi orientada pela seguinte pergunta central de pesquisa: de que maneira as infraestruturas digitais e os sistemas algorítmicos reproduzem e atualizam regimes de colonialidade sobre os corpos, os saberes e as estéticas das mulheridades racializadas no ambiente das plataformas digitais. A análise se apoia em um corpus composto por artigos científicos, livros, relatórios institucionais, documentos técnicos e legislações, publicados entre 2010 e 2025, selecionados a partir de buscas sistemáticas nas bases Scopus, Web of Science, SciELO, Redalyc e Google Scholar. Foram utilizados descritores como *“colonialidade dos dados”*, *“plataformização”*, *“racismo algorítmico”*, *“epistemicídio digital”* e *“soberania informacional”*, aplicados aos campos título, resumo e palavras-chave, considerando como critérios de inclusão produções que dialogam diretamente com as intersecções entre colonialidade, tecnologia e epistemologias racializadas, e como critérios de exclusão materiais de natureza estritamente técnica ou descritiva, sem análise crítica do fenômeno. O corpus foi submetido à análise crítica do discurso, associada à análise temática, permitindo mapear recorrências, categorias analíticas e dinâmicas discursivas que estruturam os regimes de colonialidade informacional e de necropolítica algorítmica sobre as mulheridades racializadas. Essa estratégia metodológica busca tensionar as arquiteturas tecnológicas contemporâneas, desvelando os mecanismos de captura, apagamento e expropriação epistêmica operados pelas plataformas digitais, bem como mapear as práticas insurgentes e os processos de construção de ciberterritórios de resistência e soberania informacional.

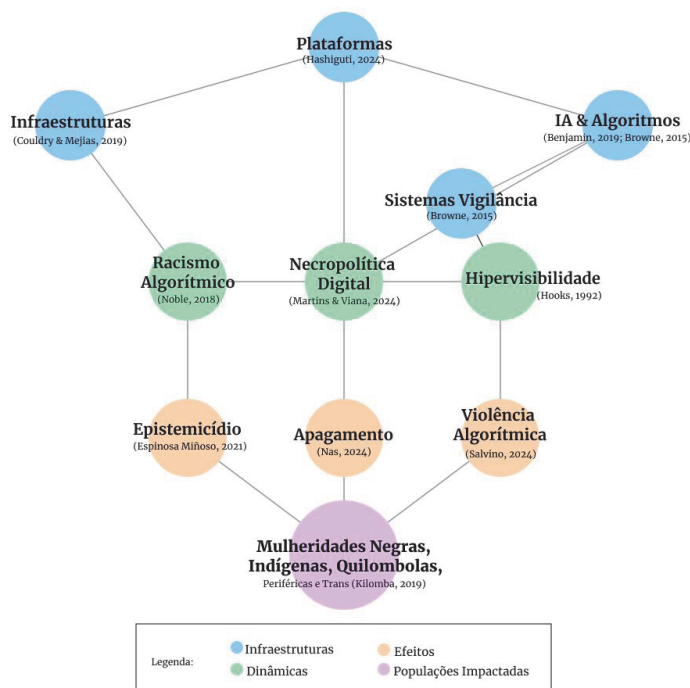
2 Resultados e Discussão

A análise dos dados evidencia que os processos de datificação, plataformização e operação algorítmica não podem ser compreendidos de forma isolada, mas como expressões interdependentes de um regime sociotécnico que atualiza e reproduz as lógicas coloniais, patriarcais e raciais no ambiente digital.

Neste estudo, utiliza-se o conceito de colonialidade digital para designar a continuidade histórica das dinâmicas coloniais de exploração, classificação e controle, agora mediadas por infraestruturas informacionais, sistemas algorítmicos e modelos de inteligência artificial que organizam a circulação de dados, saberes e estéticas segundo hierarquias raciais, geopolíticas e epistêmicas herdadas da modernidade colonial (Couldry; Meijas, 2019; Ricaurte, 2022). Conforme representado na Figura 1, observa-se a articulação entre camadas infraestruturais — como plataformas, sistemas de vigilância e modelos de inteligência artificial — e dinâmicas de controle algorítmico que operam tanto pela invisibilização quanto pela hipervisibilidade seletiva. Essas camadas produzem efeitos concretos, como o epistemicídio, o apagamento e a violência simbólica, que incidem desproporcionalmente sobre corpos e saberes de mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas e trans. A organização dos achados reflete tais articulações, evidenciando como infraestruturas digitais e regimes algorítmicos se convertem em dispositivos de necropolítica informacional e de racismo computacional, reforçando hierarquias coloniais sob a aparência de neutralidade técnica.

Neste estudo, o conceito de necropolítica informacional é mobilizado para designar a forma pela qual sistemas algorítmicos, plataformas digitais e infraestruturas de dados passam a operar como dispositivos de gestão diferencial da visibilidade, da circulação e do reconhecimento social, determinando quais corpos, saberes e narrativas serão amplificados, invisibilizados ou marginalizados no espaço informacional. Inspirado na noção de necropolítica desenvolvida por Mbembe (2018), o termo refere-se à capacidade das arquiteturas digitais de produzir mortes simbólicas, apagamentos epistêmicos e exclusões sistemáticas que afetam de maneira desproporcional populações racializadas e dissidentes. Nesse cenário, os dados operam como territórios de disputa, onde se confrontam lógicas de extração e projetos de resistência epistêmica. Nesse contexto, o racismo computacional é compreendido como o processo pelo qual sistemas algorítmicos, bases de dados e infraestruturas digitais incorporam, reproduzem e automatizam hierarquias raciais historicamente construídas, produzindo classificações, exclusões e regimes diferenciados de visibilidade que afetam de maneira desproporcional corpos e saberes de populações racializadas, especialmente mulheres negras, indígenas e periféricas (Noble, 2018; Benjamin, 2019). A análise crítica permite, assim, desvelar os modos como a colonialidade digital se manifesta material e simbolicamente, ao mesmo tempo em que ilumina as brechas abertas pelas práticas insurgentes que reconfiguram o digital como espaço de cuidado, memória e soberania.

Figura 1. Arquitetura da Colonialidade Digital: Infraestruturas, Dinâmicas Algorítmicas e Efeitos sobre Mulheridades Insurgentes



Fonte: Elaboração própria (2025).

Dados como Território, Territórios como Dados: A Colonialidade Digital sobre os Corpos e Saberes das Mulheridades Insurgentes

O processo de datificação, que estrutura o capitalismo de plataforma contemporâneo, não constitui uma ruptura com as lógicas de dominação da modernidade, mas sim sua atualização tecnológica. Trata-se de uma dinâmica profundamente enraizada nos regimes coloniais de expropriação, exploração e epistemicídio que moldaram a modernidade e que seguem operando, agora, por meio das infraestruturas digitais (Couldry; Mejias, 2019; Ricaurte, 2022). A conversão de corpos, saberes, territórios, afetos e linguagens em dados mercantilizáveis reproduz a lógica colonial de transformar sujeitos e mundos em recursos exploráveis. Nesse sentido, a colonialidade digital se manifesta como uma continuidade estruturada da lógica moderna-colonial, em que as infraestruturas computacionais, os algoritmos e os sistemas de inteligência artificial operam como dispositivos de captura, classificação

e rentabilização das vidas, especialmente das mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, travestis e trans.

O conceito de colonialidade dos dados, desenvolvido por Couldry e Mejias (2019), descreve como a extração massiva e permanente de dados constitui uma nova forma de apropriação colonial, na qual interações sociais, modos de vida, linguagens, estéticas e subjetividades são transformados em ativos informacionais. Essa lógica de extração não apenas instrumentaliza corpos e saberes como mercadorias digitais, mas também reinscreve epistemologias patriarcais, racistas e colonialistas nas próprias infraestruturas tecnológicas. Siles, Gómez-Cruz e Ricaurte (2024) aprofundam essa leitura ao mostrar que os sistemas algorítmicos operam segundo lógicas que reproduzem as hierarquias coloniais, desconsiderando os saberes situados do Sul Global e reforçando epistemologias eurocêntricas, brancas, cisheteronormativas e extrativistas.

Essa colonialidade informacional é diretamente articulada com a colonialidade de gênero, conceito formulado por Lugones (2014) e ampliado por Rita Segato (2018). Ambas apontam que a colonização dos corpos femininos — especialmente dos corpos negros e indígenas — não foi acessória, mas constitutiva da construção da modernidade colonial. Os corpos das mulheres racializadas foram os primeiros territórios de dominação, funcionando como superfície de exploração material, simbólica e sexual. Esse processo estruturou não apenas a subjugação dos corpos, mas também a deslegitimação de seus saberes, epistemologias e cosmologias, que seguem sendo sistematicamente apagados, estetizados ou mercantilizados nas plataformas digitais contemporâneas.

No contexto atual, essa dinâmica se materializa de forma evidente na operação das tecnologias de inteligência artificial, dos sistemas de vigilância biométrica e dos algoritmos de recomendação. Browne (2015) demonstra que os sistemas contemporâneos de vigilância digital são herdeiros diretos das práticas de controle colonial e escravagista, nas quais o corpo negro sempre foi objeto de rastreamento, classificação e punição. Benjamin (2019) aprofunda essa análise ao demonstrar que os algoritmos, ao serem treinados em bases de dados racializadas e enviesadas, reproduzem e automatizam desigualdades históricas, operando uma forma de discriminação algorítmica que afeta desproporcionalmente mulheres negras, indígenas, periféricas e trans.

Os datasets que alimentam essas tecnologias são frequentemente constituídos pela coleta massiva, não consentida e invisibilizada de dados biométricos, imagens e expressões culturais de populações subalternizadas.

O exemplo do dataset MegaFace⁵ (2016), que reuniu milhões de imagens de rostos extraídos da internet — incluindo mulheres negras, indígenas e de comunidades periféricas —, ilustra como a pilhagem digital reproduz as práticas históricas de saque colonial (Ricaurte, 2022; Benjamin, 2019). Esses dados, apropriados sem consentimento, são transformados em ativos informacionais que alimentam sistemas que, paradoxalmente, perpetuam a marginalização das mesmas populações que serviram como matéria-prima para sua construção.

Essa lógica de captura epistêmica e estética também se expressa nas dinâmicas cotidianas das plataformas digitais, que operam como dispositivos de vigilância, controle, monetização e apagamento. As redes sociais, por exemplo, convertem práticas culturais, saberes comunitários e estéticas produzidas por mulheres negras, indígenas e periféricas em conteúdos altamente rentáveis, frequentemente descontextualizados, despolitizados e apropriados sem atribuição. O caso da coreógrafa negra Jalaiah Harmon, criadora da dança viral “Renegade”, tornou-se um marco paradigmático desse processo. Sua coreografia, criada em um contexto comunitário e periférico, foi rapidamente apropriada por influenciadores brancos no TikTok, que monetizaram seu trabalho por meio de contratos publicitários, aparições midiáticas e visibilidade global, enquanto sua autoria permaneceu inicialmente invisibilizada (Noble, 2018; Zuboff, 2019; Smith, 2025).

Esse padrão de exploração se estende também à apropriação de elementos das estéticas indígenas e afro-diaspóricas. Grafismos, pinturas corporais, adornos e cosmologias são frequentemente transformados em filtros de Instagram, NFTs e produtos digitais, destituídos de seus sentidos políticos, espirituais e territoriais. Ao serem estetizados e esvaziados, esses elementos passam a circular como mercadorias de consumo global, reforçando a lógica colonial que transforma saberes ancestrais em capital cultural e financeiro para plataformas e usuários privilegiados (Auiç; Martins, 2024; Couldry; Mejias, 2019). Nesse processo, as mulheres — enquanto guardiãs desses saberes — são sistematicamente apagadas, enquanto suas produções são convertidas em objetos de circulação despolitizada.

Essa lógica de expropriação não é uma anomalia, mas uma engrenagem central da matriz colonial de poder. Como defendem Espinosa Miñoso (2021) e Moraes e Gracioso (2023), a colonialidade permanece operante, não apenas na organização econômica global, mas também nas dinâmicas

⁵ MegaFace é um grande dataset público de reconhecimento facial desenvolvido pela University of Washington em 2016, contendo milhões de imagens coletadas da internet para treinamento de sistemas de identificação facial. O projeto tornou-se alvo de críticas devido ao uso de imagens coletadas sem consentimento explícito.

de produção, circulação e validação dos saberes no ambiente digital. As plataformas digitais atuam como dispositivos de epistemicídio, apagando sistematicamente os saberes subalternizados, ao mesmo tempo em que hierarquizam, rentabilizam e reproduzem os conhecimentos alinhados às epistemologias eurocêntricas e ao capitalismo de dados.

○ próprio design das plataformas — seus modelos de negócio, suas lógicas de classificação, suas infraestruturas algorítmicas — não é neutro, mas programado para reproduzir e atualizar as hierarquias coloniais, raciais, de gênero e de classe. Mulheres racializadas são, simultaneamente, fontes de dados, imagens, linguagens e padrões de consumo, e, paradoxalmente, são também invisibilizadas enquanto sujeitas epistêmicas e políticas (Kilomba, 2019; Benjamin, 2019). Essa contradição se expressa de forma contundente no fato de que, enquanto suas produções são apropriadas e monetizadas, suas próprias presenças e saberes são sistematicamente marginalizados ou apagados das esferas de visibilidade e reconhecimento.

Melo da Silva e Aguiar (2023) demonstram que mesmo as mídias decoloniais, como os portais Geledés e Nós, Mulheres da Periferia, embora operem como espaços de resistência e visibilidade insurgente, precisam lidar com as limitações impostas pelas infraestruturas digitais corporativas. Essas plataformas independentes tensionam as arquiteturas coloniais das big techs, mas permanecem inseridas em ecossistemas que priorizam conteúdos alinhados às lógicas hegemônicas, exigindo, portanto, estratégias constantes de negociação, subversão e reinvenção.

Ademais, a colonialidade digital carrega as marcas estruturantes da divisão sexual e racial do trabalho, cuja genealogia remonta aos regimes coloniais e patriarcais. Silvia Federici (2019) demonstra como a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, historicamente articulada à exploração dos corpos femininos racializados, persiste no capitalismo de dados. A captura não remunerada dos afetos, dos saberes, das estéticas e das práticas culturais das mulheres negras, indígenas e periféricas alimenta circuitos de valorização econômica que operam de forma invisível, mas central, na dinâmica das plataformas.

Joaquim e Pesce (2025) aprofundam essa análise ao evidenciar que o colonialismo digital atualiza discursos tecnológicos de pretensa neutralidade, que mascaram, na prática, a reprodução de exclusões, epistemicídios e processos de subalternização. Para os autores, romper com essas lógicas exige não apenas denunciar os regimes de captura, mas também construir epistemologias insurgentes, práticas de soberania epistêmica e infraestruturas tecnológicas contra-hegemônicas, que escapem das gramáticas coloniais que estruturam o presente.

Assim, compreender que dados são territórios, e territórios são dados não é uma metáfora, mas uma descrição precisa da forma como a colonialidade digital se inscreve nos corpos, nos saberes e nas memórias das mulheres insurgentes. A datificação não é um processo abstrato, mas profundamente material, simbólico e afetivo, que converte vidas em mercadorias informacionais e apaga, simultaneamente, as fontes de onde extrai valor. Essa constatação impõe, como horizonte ético, político e epistêmico, a urgência de construir ciberterritórios de resistência, redes de cuidado digital e infraestruturas sociotécnicas que não apenas escapem, mas também confrontem, desestabilizem e desprogramem as arquiteturas coloniais do século XXI.

Plataformização, Captura Epistêmica e Mercantilização das Estéticas das Mulheridades Insurgentes

A plataformização, enquanto regime sociotécnico e econômico do capitalismo contemporâneo, não é uma simples mediação tecnológica, mas uma arquitetura de poder profundamente enraizada na colonialidade dos dados, na racialização dos saberes e na mercantilização das estéticas dissidentes. As plataformas digitais — estruturadas por algoritmos, modelos de extração de dados e lógicas de rentabilização — operam como dispositivos de captura epistêmica, de expropriação cultural e de estetização despolitizada dos corpos e dos saberes das mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, trans e travestis (Couldry; Mejias, 2019; Zuboff, 2019; Ricaurte, 2022).

Siles, Gómez-Cruz e Ricaurte (2024) demonstram que a lógica algorítmica, ao ser implementada nas infraestruturas digitais, reproduz e atualiza hierarquias coloniais, raciais e de gênero. Os algoritmos não são apenas modelos matemáticos; são sistemas sociotécnicos que operam curadorias invisíveis, classificando, ranqueando e distribuindo conteúdos com base em padrões que privilegiam narrativas, estéticas e linguagens alinhadas às epistemologias do Norte Global, à branquitude e à cisheteronormatividade. Assim, os saberes e práticas culturais produzidos por mulheres insurgentes são sistematicamente apropriados, descontextualizados e transformados em ativos simbólicos e financeiros para o mercado digital.

Essa operação não ocorre de forma abstrata, mas se manifesta materialmente na forma como as plataformas monetizam e estetizam as expressões culturais racializadas. A colonialidade que estruturou a modernidade — baseada na apropriação dos corpos, dos territórios e dos saberes de mulheres negras e indígenas — reaparece no ambiente digital sob

a forma de captura algorítmica, exploração simbólica e extração epistêmica (Segato, 2018; Lugones, 2014; Espinosa Miñoso, 2021). A plataformação, nesse sentido, é um prolongamento das dinâmicas coloniais, agora mediadas por códigos, datasets e inteligências artificiais.

Santos (2024) aprofunda essa análise ao demonstrar que as infraestruturas digitais não apenas replicam práticas coloniais, mas também reorganizam as condições de produção, circulação e consumo dos saberes e das culturas subalternizadas. A cibercultura contemporânea, longe de ser um campo neutro de circulação de informações, é um espaço profundamente marcado por regimes de visibilidade que operam segundo lógicas de apagamento, estetização e fetichização dos corpos racializados, enquanto amplificam e legitimam epistemologias alinhadas aos interesses do capital tecnológico e às normas socioculturais da branquitude.

Beatriz Nascimento (2021) oferece uma chave epistemológica fundamental para compreender essa dinâmica ao propor o quilombo como tecnologia social de resistência. Assim como os quilombos físicos funcionaram como territórios de fuga, proteção e produção de mundos frente às violências coloniais, hoje emerge a necessidade de ciberquilombos e redes epistêmicas insurgentes que enfrentem a violência algorítmica e a captura epistêmica operada pelas plataformas (Crosta, 2022).

O episódio envolvendo a coreógrafa negra Jalaiah Harmon — criadora da dança viral “Renegade” — exemplifica de forma contundente como essa lógica de captura e apagamento se manifesta. Sua coreografia, criada a partir de referências culturais da juventude negra periférica de Atlanta, foi massivamente apropriada por influenciadores brancos na plataforma TikTok. Estes obtiveram lucros, contratos publicitários e visibilidade internacional, enquanto a autoria de Jalaiah permaneceu, inicialmente, invisibilizada (Smith, 2025). Esse não é um caso isolado, mas um mecanismo estrutural que organiza os fluxos de visibilidade, reconhecimento e rentabilização nas plataformas digitais (Noble, 2018; Benjamin, 2019).

Esse mesmo padrão se expressa na apropriação de elementos das estéticas indígenas e afrodiaspóricas, transformados em filtros de Instagram, NFTs e outros objetos digitais consumíveis. Grafismos, pinturas corporais, cosmologias e adornos são extraídos de seus contextos políticos, territoriais e espirituais e convertidos em mercadorias visuais, esvaziadas de significado, para circulação no mercado global de imagens (Couldry; Mejias, 2019). Nesse processo, como demonstram Auip e Martins (2024), as mulheres indígenas, enquanto guardiãs desses saberes e práticas, são sistematicamente apagadas, enquanto suas expressões são estetizadas e mercantilizadas.

Hashiguti (2024) aprofunda essa análise ao revelar como os sistemas de inteligência artificial operam filtros estéticos que reproduzem padrões de beleza e de visibilidade racializados, eurocêtricos e cisnormativos. Essa curadoria algorítmica não apenas define quais corpos são dignos de visibilidade, mas também quais linguagens, estéticas e afetos são rentabilizáveis, e quais serão silenciados, invisibilizados ou marginalizados.

Essa dinâmica não é nova. hooks (1992) já havia alertado que a cultura dominante historicamente se apropria dos corpos, dos sons, das linguagens e das estéticas negras, enquanto mantém intactas as estruturas de dominação racial, de gênero e de classe. O ambiente digital apenas potencializa essa lógica, automatizando-a por meio de sistemas algorítmicos que operam a partir de datasets enviesados e de modelos de monetização que transformam a exploração simbólica em capital financeiro (Browne, 2015; Benjamin, 2019).

Barretos *et al.* (2022) expandem essa crítica ao demonstrar como as plataformas digitais também constroem ideais hegemônicos de lesbianidade e de subjetividades dissidentes, invisibilizando corpos não normativos, especialmente aqueles que estão nas intersecções de raça, gênero e classe. As práticas de shadowban, nas quais perfis de mulheres negras, indígenas, periféricas e trans são sistematicamente ocultados dos algoritmos, não são meras anomalias, mas funcionam como dispositivos de controle e silenciamento algorítmico, que reduzem engajamento, visibilidade e possibilidades de monetização (Benjamin, 2019)

Os impactos desse processo são múltiplos e profundamente interligados. No plano epistêmico, ocorre o apagamento da autoria, da memória e dos saberes das mulheres racializadas, cujas produções culturais são sistematicamente apropriadas e despolitizadas. No plano econômico, essas mulheres são expropriadas dos frutos de seu trabalho simbólico, afetivo e cultural, que são monetizados por plataformas, por criadores privilegiados e por corporações tecnológicas, sem qualquer redistribuição justa de valor (Noble, 2018; Zuboff, 2019; Ricaurte, 2022). E, no plano simbólico, há uma reprodução das hierarquias coloniais, nas quais os corpos e os saberes das mulheridades insurgentes são convertidos em dados, conteúdos viralizáveis e mercadorias digitais, ao mesmo tempo em que suas subjetividades são marginalizadas, estetizadas ou exotizadas.

Hashiguti e Costa (2024) demonstram que essa lógica de exploração atravessa também os próprios processos de geração de sentido mediados por algoritmos. A inteligência artificial, longe de ser neutra, opera como um dispositivo que reproduz as hierarquias coloniais, racializadas e patriarcais

que estruturam tanto as plataformas quanto as sociedades contemporâneas. Assim, a plataformização não apenas reflete as desigualdades existentes, mas as codifica, as automatiza e as transforma em motor de acumulação no capitalismo de dados.

Essa engrenagem não é distinta das práticas históricas do colonialismo, que explorava corpos e saberes racializados enquanto negava às mulheres negras, indígenas e periféricas o reconhecimento como sujeitas epistêmicas, políticas e culturais. Como já advertia Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio — entendido como apagamento sistemático das produções de saberes das populações negras — permanece operante, agora sob a roupagem da neutralidade algorítmica e das tecnopolíticas da informação. Santos (2024) reforça que essa atualização digital do epistemicídio reproduz silenciamentos e apagamentos no campo da memória, da história e da construção dos imaginários sociotécnicos contemporâneos.

Diante desse cenário, emergem práticas insurgentes, que não apenas resistem, mas reinventam linguagens, estéticas, redes de cuidado e tecnologias contra-hegemônicas. Como demonstram Crosta (2022) e Barretos et al. (2022), coletivos como Feminacida e Portal Catarinas desenvolvem estratégias de comunicação decolonial, construindo redes epistêmicas insurgentes, ciberquilombos e espaços de visibilidade insurgente, que tensionam as arquiteturas coloniais das plataformas e produzem zonas de autonomia estética, epistêmica e política.

Portanto, a plataformização não é uma mera mediação técnica, mas uma arquitetura de poder que captura, estetiza, despolitiza e rentabiliza os saberes, as estéticas e as práticas culturais das mulheres insurgentes. No entanto, essas mesmas sujeitas, ao tensionarem os regimes algorítmicos e ao produzirem práticas de resistência, não apenas enfrentam a colonialidade digital, mas também afirmam outros modos de existir, de comunicar e de construir futuros possíveis, que escapam às gramáticas coloniais e às lógicas extrativistas do capitalismo de dados.

Racismo Algorítmico e Necropolítica Digital sobre as Mulheridades Racializadas

O funcionamento das infraestruturas digitais não é apenas expressão da colonialidade epistêmica e econômica, mas também da gestão algorítmica da vida e da morte. As arquiteturas tecnológicas do capitalismo de dados operam segundo lógicas que articulam, de forma cada vez mais sofisticada, racismo estrutural, epistemicídio e necropolítica informacional. Nesse

contexto, os corpos, saberes e subjetividades das mulheridades negras, indígenas, quilombolas, periféricas, trans e travestis seguem sendo alvos preferenciais dos regimes algorítmicos de controle, apagamento e morte simbólica (Couldry; Mejias, 2019; Benjamin, 2019; Browne, 2015).

Como demonstra Silva (2023), a violência algorítmica não é uma falha do sistema, nem um efeito colateral da tecnologia, mas expressão direta das matrizes coloniais, patriarcais e racistas que estruturam tanto as sociedades contemporâneas quanto os próprios sistemas de inteligência artificial, de recomendação, de classificação e de vigilância digital. Esses dispositivos operam sobre bancos de dados produzidos historicamente a partir de epistemologias da branquitude, da cisheteronormatividade e do capitalismo, reproduzindo e automatizando desigualdades estruturais.

O conceito de racismo algorítmico, formulado por Safiya Noble (2018) e aprofundado por Ruha Benjamin (2019), descreve como os sistemas computacionais — de IA, busca, recomendação e vigilância — não apenas refletem preconceitos sociais preexistentes, mas os transformam em códigos operacionais, decisões automatizadas e regimes de governança. Essa dinâmica codifica as hierarquias raciais, de gênero e de classe, afetando de forma desproporcional as mulheres negras, indígenas e periféricas, cujos corpos e saberes são sistematicamente classificados como risco, ruído ou dado descartável.

Carrera (2021) reforça essa análise ao demonstrar como bancos de imagens como Getty e Shutterstock perpetuam estereótipos raciais e de gênero, organizando a indexação de corpos negros, particularmente de mulheres, em categorias coloniais como “Jezebel”, “Mammy” e “Sapphire”. Essa taxonomia colonial, transposta para a lógica dos dados, não apenas reforça imaginários racistas, mas orienta os sistemas de recomendação, de busca e de monetização, convertendo o racismo estrutural em algoritmo e lucro.

Essa dinâmica se torna particularmente visível nos sistemas de reconhecimento facial. O estudo pioneiro de Joy Buolamwini e Timnit Gebru (2018) revelou que esses sistemas apresentam taxas de erro superiores a 34% na identificação de rostos de mulheres negras, enquanto registram taxas de erro inferiores a 1% na identificação de homens brancos. Essa discrepância não é um problema técnico isolado, mas evidencia como a colonialidade dos dados, a branquitude e a cisheteronormatividade estruturam as bases informacionais que treinam esses sistemas.

Entretanto, o racismo algorítmico não opera apenas pela invisibilidade técnica. Ao contrário, ele articula simultaneamente a hipervisibilidade

seletiva e a morte simbólica, na qual corpos de mulheres negras, indígenas e periféricas são fetichizados, expostos como objeto de desejo, controle ou criminalização, ao mesmo tempo em que suas vozes, saberes e epistemologias são sistematicamente apagados dos circuitos hegemônicos de visibilidade e reconhecimento (Kilomba, 2019; hooks, 1992).

Essa operação articula-se diretamente com a lógica da necropolítica digital, conceito derivado da análise de Mbembe (2018), segundo a qual o poder contemporâneo se exerce pela capacidade de decidir quem vive, quem morre e quem será social e epistemicamente apagado. No ambiente informacional, essa gestão da morte se atualiza na forma de apagamentos seletivos, shadowban, desmonetização de perfis dissidentes, além da hipervisibilidade de conteúdos que estetizam a dor, a violência e a marginalização dos corpos racializados.

Martins e Viana (2024) aprofundam essa análise ao demonstrar como sistemas como o ChatGPT e outros modelos generativos operam como dispositivos necropolíticos, ao reforçarem ontologias raciais, cisheteronormativas e coloniais. Esses sistemas não apenas reproduzem padrões hegemônicos de representação, mas também atuam como máquinas de reprodução das violências estruturais do colonialismo digital e do neoliberalismo, convertendo epistemicídios em produto computacional e mercadoria.

Nas (2024) alerta que até mesmo as propostas de inteligência artificial responsável, quando não atravessadas por uma crítica decolonial, podem reproduzir epistemicídios e necropolíticas. Modelos éticos formulados a partir de epistemologias do Norte Global frequentemente mascaram os processos de exclusão, apagamento e marginalização, ao mesmo tempo em que legitimam práticas de controle e exploração dos corpos e saberes das populações racializadas.

A face mais brutal dessa lógica se materializa nos sistemas de policiamento preditivo, aplicados em favelas, periferias e territórios racializados no Brasil, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Como demonstram Labjaca (2022) e Browne (2015), esses sistemas, treinados com datasets enviesados, transformam moradores — sobretudo mulheres negras periféricas — em vetores de risco, reforçando uma lógica de criminalização algorítmica que justifica ações de vigilância, militarização e violência estatal.

Salvino (2024) contribui ao demonstrar como os “territórios em suspensão” emergem como espaços de resistência frente à necropolítica algorítmica. Esses territórios operam como zonas intersticiais de proteção, cuidado, memória e invenção de práticas contracoloniais, onde a produção

de saberes insurgentes desafia diretamente os regimes de apagamento e morte informacional.

No ambiente das plataformas, essa lógica também se expressa nos regimes de visibilidade operados pelos algoritmos. O shadowban sistemático contra criadoras negras, indígenas, periféricas e trans — sobretudo quando produzem conteúdos sobre racismo, colonialidade, violência de gênero ou transfobia — evidencia que os algoritmos operam como filtros necropolíticos, determinando quem será visto, quem será invisibilizado e quem terá acesso ou será excluído das oportunidades econômicas, culturais e políticas associadas à circulação digital. Essas dinâmicas vêm sendo denunciadas e monitoradas por iniciativas como a *Algorithmic Justice League*⁶, que atua na proteção dos direitos de comunidades afetadas pela opacidade e pelos vieses discriminatórios dos sistemas algorítmicos.

Esse ciclo de apagamento, hipervisibilidade fetichizada e exploração simbólica não é novo. Como alerta hooks (1992), a cultura hegemônica sempre transformou os corpos das mulheres negras em objetos de desejo, de espetáculo e de controle, ao mesmo tempo em que negava a elas o estatuto de sujeitos epistêmicos, políticos e culturais. O ambiente digital apenas automatiza esse padrão, inserindo-o nas engrenagens do capitalismo de dados (ZUBOFF, 2019). Silva (2023) reforça que a necropolítica algorítmica funciona como uma extensão digital dos regimes coloniais, articulando controle, vigilância, exclusão, exploração e epistemicídio.

Frente a esse cenário, as mulheridades insurgentes constroem práticas de resistência que tensionam diretamente os regimes racistas e necropolíticos da governança digital. O movimento *#BlackTikTokStrike*⁷, organizado em 2021, exemplifica essa insurgência coletiva: criadoras negras se recusaram a produzir novas coreografias para denunciar a exploração sistemática de suas produções culturais por influenciadores brancos, que obtinham visibilidade, contratos e monetização sem qualquer atribuição (*The New York Times*, 2021). Martins e Viana (2024) interpretam esse ato como uma ruptura simbólica e política que confronta diretamente as ontologias raciais e os dispositivos necropolíticos operados por plataformas como TikTok e Instagram.

6 O *Algorithmic Justice League* (AJL) é uma organização fundada pela cientista Joy Buolamwini, dedicada a denunciar os vieses raciais e de gênero presentes nos sistemas de inteligência artificial. Seus estudos, como o projeto *Gender Shades*, demonstraram taxas significativamente mais altas de erro no reconhecimento de rostos de mulheres negras, evidenciando o racismo algorítmico.

7 O movimento *#BlackTikTokStrike*, organizado em 2021 por criadoras negras nos Estados Unidos, consistiu em uma greve digital na qual essas criadoras se recusaram a produzir coreografias para denunciar a exploração sistemática de suas produções culturais nas plataformas, sem atribuição, remuneração ou reconhecimento.

Outros exemplos são redes como Pretalab⁸, que articula soberania tecnológica e epistêmica para mulheres negras, e a Rede de Mulheres Indígenas, que constrói espaços de memória, cuidado e produção de narrativas insurgentes. Puentes e Ricaurte (2023) demonstram como essas redes desenvolvem tecnologias situadas e infraestruturas insurgentes que se opõem frontalmente às arquiteturas globais de dados e ao extrativismo informacional das plataformas.

○ Glitch Feminism⁹, formulado por Legacy Russell (2020), aparece como uma metodologia estética e política crucial nesse processo. Ao transformar o erro, o ruído e a não conformidade em estratégias de resistência, o glitch desestabiliza as normatividades cisheterocoloniais inscritas nos algoritmos. Hashiguti (2024) aprofunda essa análise ao demonstrar como os sistemas de IA reproduzem padrões estéticos e epistêmicos coloniais, e como o glitch opera como dispositivo de ruptura e reexistência simbólica, visual e epistêmica.

○ conceito de ciberquilombo, inspirado nas reflexões de Beatriz Nascimento (2021), é particularmente potente para compreender essas práticas. Assim como os quilombos foram territórios físicos de fuga, proteção e produção de mundos frente ao regime colonial e escravagista, os ciberquilombos operam hoje como territórios digitais insurgentes, onde as mulheridades racializadas constroem soberanias epistêmicas, estéticas, tecnológicas e afetivas, desafiando diretamente os regimes necropolíticos e os algoritmos coloniais (Carrera, 2021).

Contudo, é necessário reconhecer que essas práticas de resistência, embora potentes e insurgentes, operam dentro de infraestruturas corporativas que seguem baseadas na lógica da colonialidade dos dados, do capitalismo de vigilância e da extração permanente de valor (Ricaurte, 2022; Nas, 2024). Nas (2024) enfatiza que sem uma crítica estrutural e decolonial às próprias infraestruturas — e não apenas aos algoritmos —, as propostas de ética da IA correm o risco de reforçar, e não de subverter, as hierarquias tecnocoloniais.

Portanto, o racismo algorítmico e a necropolítica digital não são disfunções nem desvios do sistema, mas expressões sofisticadas da colonialidade aplicada à esfera informacional. As mulheridades insurgentes, contudo, não se restringem à condição de vítimas desses processos. Elas são sujeitas ativas na produção de ciberterritórios insurgentes, redes de cuidado e tecnologias

8 A Rede de Mulheres Indígenas articula lideranças femininas de diferentes povos originários no Brasil e na América Latina, atuando na defesa territorial, na comunicação comunitária e na produção de narrativas digitais indígenas.

9 O conceito de *Glitch Feminism*, elaborado por Legacy Russell (2020), propõe o erro, a falha e a não conformidade como metodologias estéticas e epistêmicas de resistência aos regimes algorítmicos cisheterocoloniais, funcionando como uma recusa ativa às normatividades inscritas nos códigos e sistemas digitais.

do comum, que recusam a morte simbólica e epistêmica e afirmam a vida, a memória, os saberes e as estéticas como dispositivos de resistência, de reexistência e de soberania epistêmica.

Ciberterritórios de Resistência e Soberania Epistêmica das Mulheridades

Se, por um lado, o capitalismo de dados e suas arquiteturas algorítmicas operam segundo lógicas de colonialidade, necropolítica e epistemicídio, por outro, as mulheridades negras, indígenas, quilombolas, periféricas, trans e travestis constroem práticas insurgentes que não apenas tensionam essas dinâmicas, mas também inauguram espaços de criação, cuidado e soberania epistêmica. Esses espaços — configurados como ciberquilombos, ciberaldeias, territórios em suspensão e redes de cuidado digital — funcionam como infraestruturas sociotécnicas insurgentes, que atualizam as tecnologias ancestrais de resistência no ambiente informacional (Nascimento, 2021; Beatriz Nascimento, 1985; Gutiérrez Aguilar, 2013).

Puentes e Ricaurte (2023) demonstram que esses ciberterritórios não são apenas espaços simbólicos ou discursivos, mas materializações políticas, estéticas e tecnológicas de práticas de autonomia, soberania informacional e insurgência epistêmica. Neles se articulam práticas de contra-informação, redes de cuidado, governança comunitária e desenvolvimento de infraestruturas próprias, que escapam, tensionam ou hackeiam as arquiteturas coloniais e corporativas da internet e das plataformas digitais.

Esses territórios insurgentes operam segundo uma lógica radicalmente distinta da extração algorítmica. Ao invés de mercantilizar dados, afetos e saberes, eles se organizam a partir de princípios como reciprocidade, memória coletiva, estética insurgente e soberania epistêmica. Como mostram Martins e Viana (2024), essas práticas constituem contratecnologias que desafiam as ontologias neoliberais, cisheteronormativas e coloniais que estruturam tanto os sistemas de inteligência artificial quanto as plataformas.

No campo das estéticas digitais, o conceito de Glitch Feminism, desenvolvido por Legacy Russell (2020), assume centralidade como metodologia política e epistêmica. Ao transformar o erro, a falha e a não conformidade em práticas insurgentes, o glitch desestabiliza os regimes algorítmicos de normatividade, criando zonas de ruído, opacidade e resistência. Hashiguti (2024) aprofunda essa perspectiva ao demonstrar como as inteligências artificiais, ao serem treinadas com datasets enviesados e normativos, reproduzem padrões estéticos eurocêntricos e cisheteronormativos. Assim, o glitch se torna uma linguagem crítica, capaz de romper os regimes de representação, controle e vigilância algorítmica.

Essas práticas insurgentes não são episódicas, mas organizadas, articuladas em movimentos como o #BlackTikTokStrike, que em 2021 paralisou a produção de conteúdo por parte de criadoras negras nos Estados Unidos, denunciando a exploração sistemática de suas criações culturais por influenciadores brancos que se apropriavam de seus saberes sem atribuição, remuneração ou reconhecimento (*The New York Times*, 2021). Esse movimento não apenas tensionou a lógica extrativista das plataformas, mas também se configurou como uma ruptura epistêmica e simbólica frente às arquiteturas algorítmicas da necropolítica digital.

As redes como Pretalab, que articula tecnologia, ciência, inovação e soberania epistêmica a partir da perspectiva de mulheres negras — promovendo formação em programação, produção de dados e desenvolvimento tecnológico voltado à inclusão racial e de gênero no campo digital —, e a Rede de Mulheres Indígenas, que constrói espaços de memória, defesa dos saberes ancestrais e produção de tecnologias situadas voltadas à proteção territorial, à comunicação comunitária e à circulação autônoma de narrativas indígenas, são exemplos potentes de como os ciberterritórios insurgentes operam na prática. Essas iniciativas atuam tanto na produção de conhecimento quanto na criação de infraestruturas comunicacionais e redes de solidariedade digital, enfrentando as lógicas de invisibilização, apropriação cultural e exploração simbólica que caracterizam as plataformas corporativas. Segundo Puentes e Ricaurte (2023), essas redes desenvolvem desde sistemas de comunicação autônomos até servidores próprios, práticas de criptografia comunitária e metodologias de governança digital baseadas em princípios coletivos, afetivos e territoriais.

Salvino (2024) amplia essa análise ao desenvolver o conceito de “territórios em suspensão”, espaços de resistência e invenção que se situam nas bordas, interstícios e frestas das arquiteturas digitais hegemônicas. Esses territórios funcionam simultaneamente como refúgios frente à violência algorítmica e como espaços de criação de mundos outros, nos quais se produzem tecnologias do cuidado, epistemologias insurgentes e estéticas dissidentes.

O próprio design dessas redes insurgentes subverte as gramáticas técnicas do capitalismo de plataforma. Enquanto as big techs operam por meio de modelos centralizados, extrativistas e controladores, os ciberterritórios insurgentes desenvolvem arquiteturas distribuídas, peer-to-peer, com criptografia comunitária, governança horizontal e autonomia informacional. Essa dinâmica se articula com o conceito de “tecnologias do comum”, proposto por Gutiérrez Aguilar (2013), que compreende as tecnologias não

apenas como artefatos, mas como práticas coletivas de gestão de saberes, afetos, recursos e mundos.

Contudo, essas práticas insurgentes não estão livres de tensões e contradições. Operam, muitas vezes, dentro de infraestruturas corporativas como Meta, Google, TikTok e X (ex-Twitter), que seguem organizadas pela lógica da colonialidade dos dados, do capitalismo de vigilância e da captura permanente de valor (Couldry; Mejias, 2019; Zuboff, 2019). Silva (2023) reforça que, enquanto essas plataformas operam como veículos de comunicação e visibilidade, também impõem regimes de necropolítica algorítmica, que classificam, controlam, invisibilizam e exploram corpos, saberes e subjetividades racializadas.

Nas (2024) alerta que, sem uma crítica estrutural às infraestruturas, os discursos sobre “inteligência artificial responsável” podem ser facilmente cooptados pelos regimes tecnocoloniais, funcionando como camadas de verniz ético que mascaram as lógicas de exploração, controle e epistemicídio. A autora enfatiza que a construção de soberania digital exige não apenas tensionar os algoritmos, mas também desmontar as próprias bases materiais, técnicas e políticas que sustentam o colonialismo informacional.

Nesse cenário, surgem experiências concretas de construção de soberanias digitais radicais. As iniciativas de soberania digital indígena na América Latina, que desenvolvem servidores autônomos dentro de territórios originários, exemplificam como é possível criar infraestruturas que não dependem das big techs, preservando a circulação de saberes, afetos e memórias a partir de uma governança comunitária e territorializada (Puentes; Ricaurte, 2023). Essa prática não é apenas tecnológica, mas profundamente epistêmica e política, pois rompe com a lógica do dado como recurso e reinscreve os saberes no campo da vida, da memória e da coletividade.

Esses territórios insurgentes também incluem o desenvolvimento de plataformas feministas, transfeministas e racializadas, que operam com redes distribuídas, fóruns descentralizados, linguagens próprias e sistemas de criptografia afetiva e comunitária. Salvino (2024) reforça que os “territórios em suspensão” são, simultaneamente, zonas de proteção frente à necropolítica informacional e espaços de invenção de futuros, onde se constroem práticas de mediação, contra-informação e tecnologias do comum.

Assim, os ciberterritórios insurgentes constituídos pelas mulheridades não são apenas respostas às violências digitais. São, sobretudo, afirmações ativas de existência, de vida, de saber e de memória. Eles funcionam como fissuras abertas na maquinaria colonial do século XXI, onde se produz uma estética do ruído, uma ética do cuidado e uma política da memória que escapa

às gramáticas da colonialidade informacional. Como enfatizam Martins e Viana (2024) e Hashiguti (2024), essas práticas são formas de hackear as ontologias neoliberais, cisheteronormativas e coloniais dos sistemas de IA e das infraestruturas digitais, construindo outras gramáticas epistêmicas, outras estéticas e outros futuros possíveis.

Contudo, é fundamental reconhecer que essa resistência não se dá sem custos. A luta pela soberania tecnológica exige enfrentar não apenas os algoritmos, mas também as estruturas materiais das redes, os regimes de propriedade intelectual, a governança corporativa, o monopólio dos dados e a vigilância de Estado (Ricaurte, 2022; Nas, 2024). Trata-se de uma batalha que é, simultaneamente, técnica, política, estética e epistêmica.

Ao mesmo tempo, essas práticas continuam a produzir brechas, ruídos e descompassos nos sistemas hegemônicos, funcionando como territórios de invenção, cuidado e resistência. Como afirma Hashiguti (2024), as estéticas insurgentes — como o Glitch Feminism — não são apenas estratégias de recusa, mas também propostas afirmativas de outros modos de existir, habitar e imaginar o digital.

Dessa forma, os ciberterritórios construídos pelas mulheridades insurgentes não são apenas espaços de defesa frente às violências algorítmicas. São, sobretudo, laboratórios vivos de reexistência tecnológica, epistêmica e sensível, onde a memória, o cuidado e a estética se transformam em tecnologias insurgentes de construção de mundos outros — futuros possíveis, tecnicamente viáveis, socialmente justos e ontologicamente plurais.

Considerações finais

A análise realizada demonstra que a colonialidade digital não constitui uma camada acessória ou um subproduto da modernidade tecnológica, mas sim uma atualização estrutural das dinâmicas coloniais que historicamente organizaram a exploração dos corpos, dos saberes e dos territórios racializados e generificados. No capitalismo de dados, a conversão de experiências, linguagens, afetos e epistemologias em ativos informacionais não apenas replica, mas também potencializa, em escala global e automatizada, as formas de expropriação, epistemicídio e subalternização que estruturaram os regimes coloniais (Couldry; Mejias, 2019; Ricaurte, 2022).

Essa atualização se manifesta, de forma particularmente violenta, sobre as mulheridades insurgentes — negras, indígenas, quilombolas, periféricas, trans e travestis —, cujos corpos-territórios são transformados em dados, cujas estéticas são estetizadas, despolitizadas e mercantilizadas, e cujos

saberes são sistematicamente apagados ou convertidos em matéria-prima para algoritmos e sistemas de inteligência artificial (Lugones, 2014; Segato, 2018; Espinosa Miñoso, 2021). A colonialidade dos dados, portanto, não é um fenômeno isolado, mas uma engrenagem da governança algorítmica, articulada às dinâmicas do racismo estrutural, do patriarcado e do extrativismo epistêmico.

A plataformização, nesse contexto, opera como dispositivo central na reprodução dessas violências. As arquiteturas digitais, ao mesmo tempo que prometem democratização do acesso e visibilidade, funcionam como sistemas de captura epistêmica e de extração simbólica, reorganizando os circuitos de circulação dos saberes e das práticas culturais de acordo com as lógicas da branquitude, da cisheteronormatividade e do neoliberalismo (Siles; Gómez-Cruz; Ricaurte, 2024). A estetização das estéticas dissidentes — convertidas em filtros, NFTs e conteúdos viralizáveis — reforça a lógica colonial de transformar a diferença em mercadoria, enquanto apaga os sujeitos produtores desses saberes (Auip; Martins, 2024).

Esse processo não se restringe à circulação simbólica, mas adquire contornos necropolíticos quando observamos a gestão algorítmica da vida e da morte no ambiente informacional. O racismo algorítmico não é um efeito colateral, mas um princípio organizador das infraestruturas digitais. A partir de datasets estruturalmente enviesados, os algoritmos não apenas reproduzem, mas codificam hierarquias raciais e de gênero, decidindo quem é visto, quem é silenciado, quem é criminalizado e quem é explorado (Noble, 2018; Benjamin, 2019; Silva, 2023). A necropolítica digital, nesse sentido, opera tanto pela invisibilização sistemática — expressa nos mecanismos de shadowban¹⁰ e desmonetização de corpos dissidentes — quanto pela hipervisibilidade fetichizada, que expõe esses mesmos corpos como objetos de consumo, controle ou espetáculo (Mbembe, 2018; hooks, 1992; Kilomba, 2019).

No entanto, se a colonialidade informacional, a plataformização e o racismo algorítmico operam como dispositivos de morte simbólica, epistêmica e material, as práticas insurgentes das mulheridades racializadas configuram territórios de reexistência, que não apenas tensionam essas estruturas, mas produzem epistemologias, estéticas e tecnologias outras. Os ciberquilombos, as ciberaldeias e os territórios em suspensão emergem como zonas de cuidado, proteção e invenção, onde a memória, os saberes ancestrais, a

10 *Shadowban* refere-se a uma prática de moderação algorítmica na qual conteúdos ou perfis são ocultados dos fluxos de visibilidade das plataformas sem aviso explícito, reduzindo alcance, engajamento e monetização, especialmente afetando criadoras racializadas, periféricas e dissidentes.

estética do ruído e a prática da desobediência informacional operam como tecnologias de enfrentamento ao colonialismo digital (Nascimento, 2021; Puentes; Ricaurte, 2023; Salvino, 2024).

Esses territórios insurgentes não são meramente espaços simbólicos, mas infraestruturas sociotécnicas construídas a partir de epistemologias do comum, que recusam as gramáticas da extração, da vigilância e do epistemicídio. São exemplos disso as redes como Pretalab e a Rede de Mulheres Indígenas, que articulam servidores autônomos, práticas de criptografia comunitária, metodologias de governança digital horizontal e tecnologias do cuidado — rompendo, na medida do possível, com as arquiteturas coloniais das big techs (Puentes; Ricaurte, 2023; Gutiérrez Aguilar, 2013).

O Glitch Feminism (Russell, 2020) torna-se, nesse cenário, não apenas uma estética, mas uma metodologia epistêmica e política de ruptura, que transforma o erro, a falha e a não conformidade em estratégias de subversão dos regimes algorítmicos cisheterocoloniais. O glitch não é simplesmente uma falha do sistema, mas uma recusa ativa à normatividade algorítmica, que produz espaços de opacidade, de ruído e de insurgência simbólica (Hashiguti, 2024).

Todavia, é necessário reconhecer que essas práticas de resistência operam dentro de uma tensão estrutural. Ao mesmo tempo em que utilizam as plataformas como veículos de visibilidade e mobilização, permanecem subordinadas às lógicas da colonialidade dos dados, do capitalismo de vigilância e da necropolítica informacional. Como alerta Nas (2024), sem uma crítica radical às próprias infraestruturas — e não apenas aos algoritmos —, mesmo os discursos sobre inteligência artificial ética podem ser cooptados como camadas de verniz que mascaram as dinâmicas de exploração e epistemicídio.

Portanto, a análise aqui desenvolvida permite afirmar que a luta das mulheridades insurgentes contra a colonialidade digital é, simultaneamente, uma batalha técnica, estética, epistêmica e política. Não se trata apenas de ocupar os espaços digitais, mas de desprogramá-los, de hackear suas ontologias, de construir infraestruturas próprias, baseadas em epistemologias insurgentes, em redes de cuidado e em práticas coletivas de construção de mundos. Esses territórios de resistência não são apenas respostas defensivas às violências digitais: são projetos ativos de invenção de futuros — futuros tecnicamente viáveis, socialmente justos e ontologicamente plurais.

Referências

- AUIP, M. A.; MARTINS, M. A. Mulheres do Mar: práticas performativas como crítica aos mitos coloniais patriarcais brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 14, 2024. DOI: 10.1590/2237-2660132181vs01.
- BARRETOS, D. et al. A importância de um olhar interseccional nas pesquisas em plataformas digitais: análises sobre lesbianidades. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, 2022. DOI: 10.22409/rmc.v16i3.54628.
- BENJAMIN, R. **Race After Technology**: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Cambridge: Polity, 2019.
- BROWNE, S. **Dark Matters**: On the Surveillance of Blackness. Durham: Duke University Press, 2015.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001465832>>..
- CARRERA, F. Algoritmização de estereótipos raciais em bancos de imagens. **Palavra Chave**, v. 24, n. 3, 2021. DOI: 10.5294/pacla.2021.24.3.3.
- CORAZZA, B. X.; SILVA, D. V. S.; NEVES, C. A. B. “Ser ou não ser” digno de uma história de amor: inovações do ChatGPT e persistência colonial na validação de existências. **Domínios de Linguagem**, v. 18, n. 31, 2024. DOI: 10.14393/dl18a2024-31.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. **The Costs of Connection**: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- CROSTA, I. B. **Coletivos Feministas no Instagram**: análise do Feminacida (Argentina) e do Portal Catarinas (Brasil). 2022. DOI: 10.11606/d.27.2022.tde-22112022-164828.
- ESPINOSA MIÑOSO, Y. **Hacia la construcción de un feminismo descolonial**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2021.
- FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- HASHIGUTI, S. Inteligência Artificial Gerativa, corpos “perfeitos” e colonialidade estética. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 35, n. 69, 2024. DOI: 10.22409/cadletrasuff.v35i69.63615.

HASHIGUTI, S.; COSTA, E. P. M. Algoritmos e sistemas de inteligência artificial e(m) processos de produção de sentidos. **Domínios de Linguagem**, v. 18, 2024. DOI: 10.14393/dlv18a2024-73.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros**: raça e apresentação. Trad. Stephanie Borges. São Paulo.

JOAQUIM, B.; PESCE, L. Colonialismo digital e educação: entrelaçamentos de pedagogias decoloniais para a promoção da democracia cognitivo-digital. **Roteiro**, v. 49, 2025. DOI: 10.18593/r.v49.35527.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LABJACA. **Relatório sobre algoritmos e policiamento preditivo**. 2022.

LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2014.

MARTINS, E. E. B.; VIANA, R. F. Necropolítica do ciborgue: ChatGPT e servidão maquínica. **Domínios de Linguagem**, v. 18, 2024. DOI: 10.14393/dlv18a2024-68.

MELO DA SILVA, D. K.; AGUIAR, C. E. S. Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, v. 10, 2023. DOI: 10.5212/revistapautageral.v.10.21894.

MONTANARI, M. R. **Roçado cosmotécnico**: a poética do cuidado enraizada no pensamento ameríndio e na arte latino-americana. 2024. DOI: 10.11606/t.27.2024.tde-04042025-143108.

MORAIS, M. W. de; GRACIOSO, L. S. Enunciações do feminismo decolonial a partir das categorias fundamentais ranganathianas. **Encontros Bibli**, v. 28, n. 1, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e92696.

MOTTER, J. P. J. Lesbianidades, sapatonices e plataformas digitais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 33, n. 1, 2025. DOI: 10.1590/1806-9584-2025v33n1104264.

NAS, E. Territórios do Conhecimento: o Debate Bioético da IA Responsável e Decolonial. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, v. 29, n. 3, 2024. DOI: 10.5433/2176-6665.2024v29n3e50076.

NOBLE, S. U. **Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. New York: NYU Press, 2018.

PUENTES, J.; RICAURTE, P. Datafied bodies and technocolonialism in Latin America: feminist resistance, sovereignty and autonomy. **Domínios de Linguagem**, 2023. DOI: 10.14393/dlv18a2024-73.

RICAURTE, P. Data Epistemologies, the Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, v. 23, n. 2, 2022.

RUSSELL, L. **Glitch Feminism: A Manifesto**. New York: Verso, 2020.

SALVINO, E. S. **Territórios em suspensão**: contexto e mediação em intervenções contracoloniais. 2024. DOI: 10.11606/t.27.2024.tde-19112024-122345.

SANTOS, Y. S. Decolonizar a história digital: apontamentos sobre cibercultura, ensino de história e fundamentos da educação. **Revista de Teoria da História**, v. 27, n. 1, 2024. DOI: 10.5216/rth.v27i1.78880.

SEGATO, R. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

SILES, I.; GÓMEZ-CRUZ, E.; RICAURTE, P. Rumo a uma teoria popular de algoritmos. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 18, n. 2, 2024. DOI: 10.22409/rmc.v18i2.63057.

SILVA, T. Necropolítica algorítmica. **Sexualidad Salud y Sociedad**, v. 39, 2023. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2023.39.e22304.a.es.

SMITH, John. **TikTok ban**: a viral timeline. The New York Times, Nova York, 15 mar. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/tiktok-ban-viral-timeline.html>. Acesso em: 26 maio 2025.

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism**. New York: PublicAffairs, 2019.

Recebido em maio de 2025.

Aprovado em março de 2026.